

Até a Bíblia serve como justificativa

Arremessado à Câmara dos Deputados com exatos 2.901 votos, o deputado Gilvan Borges, 32 anos, representante único do PRN do Amapá, trouxe em sua bagagem algo mais que o curso de sociologia inacabado na Universidade Federal do Pará. Lotou em seu gabinete da Câmara os familiares mais queridos. Estão ali seu pai Miguel, sua mãe Cícera e seus dois irmãos, Geová e Luiz, além de sua mulher Maria Marlene, a única que deixou Macapá para acompanhá-lo em Brasília. Estreante na política nacional, Gilvan foi buscar nos versículos bíblicos a justificativa para tanto apego à família. "A Bíblia ensina o pai de família a honrar seus familiares", diz, ao destacar que a maioria de seus parentes não tem outras rendas e que estavam todos desempregados. "Agora posso garantir a estabilidade financeira de todos", comemora. E, no caso da contratação de Maria Marlene, Gilvan apresenta uma justificativa incontestável: "Minha esposa dorme comigo toda noite; eu não poderia negar um emprego pra ela."

Como Gilvan Borges, metade dos deputados e um terço dos senadores que mantêm parentes lotados em seus gabinetes estão estreando no Congresso Nacional. Juntos, formam uma bancada de 53 deputados e oito senadores, que garante o emprego de noventa maridos, irmãos, primas e sobrinhas. No Senado, o emprego de parentes já é tradição. Foi assim com o ex-presidente do Congresso, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que ainda mantém na assessoria técnica de seu gabinete o sobrinho Miguel de Souza Carneiro. É assim com o atual presidente Mauro Benevides (PMDB-CE), que continua empregando o filho Carlos Afonso Benevides, enquanto outro filho — o deputado Carlos Eduardo Benevides (PMDB-CE) — cuida de mais um membro da família, empregando o irmão Carlos Regis, além da mulher Annie. O novo presidente se defende dizendo que jamais efetivou um parente seu no Senado e dá uma garantia: "Os senadores podem saber que todos os parentes indicados para seus gabinetes têm um emprego tão curto quanto o mandato desses parlamentares."

Renda familiar — Gilvan Borges não é o único que vê no secretariado parlamentar da Câmara a garantia do sustento da família com recursos públicos. Mais um recordista no emprego de parentes, o deputado Costa Ferreira (PFL-MA) começou sua carreira política há quinze anos, como vereador em São Luís, e se mantém fiel à bancada do nepotismo. "Estou ajudando grande parte de minha família carente que estava desempregada", admite Costa Ferreira, que emprega a mulher e três filhos. Para mostrar que nem só de parentes vive seu gabinete, o deputado aponta um placar favorável — dos dez funcionários de seu gabinete, cinco não são parentes. "É cinco a quatro", festeja o parlamentar. Outro que não se constrange em comentar a contratação de parentes é o veterano Gérson Peres (PDS-PA), que mantém as filhas Rosângela Cristina e Roselena Cristina como funcionárias da Câmara. "Sou um homem modesto que não tem empresas nem muitos recursos. Ajudo a família como posso", justifica Peres. Ele garante que ajudar os filhos é uma obrigação dos pais e que o eleitor entende esta situação. "Se eu não arrumo emprego pra elas no Pará, o jeito é empregá-las comigo", resume o deputado. Na mesma linha, a deputada Beth Azize (PDT-AM) não vê problemas em contratar Georgete Azize, uma médica desempregada até o mês passado, quando encontrou abrigo no gabinete parlamentar da irmã. "Dei emprego a ela para que pudesse sustentar sua família. Resolvi o problema de desemprego de pelo menos uma cidadã brasileira", resume a deputada.

Roupa suja — Como tudo que é polêmico no PT, a prática do nepotismo acabou virando tema de uma assembléia entre os dirigentes e

a bancada federal do partido. Foi nessa reunião interna para lavar roupa suja dos gabinetes parlamentares que André Paim, irmão e chefe de gabinete do deputado Paulo Paim (RS), perdeu o emprego. "Cargo de confiança tem que ser exclusivo de gente preparada e competente. Este era o caso do meu irmão", lamentava Paim na quinta-feira passada. Na sexta-feira, André ainda estava trabalhando, mas já de aviso-prévio. "Não foi uma decisão pessoal, mas partidária. O partido decidiu que não seria recomendável manter meu irmão no cargo", resignou-se o deputado.

Tranquila, a deputada Sandra Starling não se abalou com a decisão do partido, embora mantenha em seu gabinete o marido Thales Chagas Machado Coelho. É que, embora seja advogado e dê expediente na Câmara, Thales não recebe um centavo pela assessoria que presta à mulher. "Ele veio comigo para Brasília, me ajuda muito, mas não está na folha de pagamento", diz a deputada. Seu marido não é o único que trabalha sem a contrapartida do salário. No gabinete do deputado Uldurico Pinto (PSB-BA), podem ser encontrados regularmente dois de seus sobrinhos: Ed Wander Pinto e Marcos Vinícios Pinto Viana. "Eu não ganho nada", contou Marcos na quinta-feira passada, que, como o primo, mora na casa do tio deputado, estuda em Brasília e dá uma força ao gabinete.

Crerérios — Na Câmara, o deputado dispõe de uma verba de Cr\$ 1,56 milhão, que será reajustada em cerca de 10% este mês, para dividir como quiser entre o seu secretariado parlamentar — 12 pessoas no máximo. Em geral, os donos dos salários mais altos nos gabinetes de deputados receberam este mês Cr\$ 460 mil. Esta quantia foi paga, por exemplo, a Délio Braz Júnior, filho do deputado Délio Braz (PMDB-GO), ou a Deise Holanda, mulher do deputado Antônio Holanda (PSC-AL), que, embora o gabinete garanta ter sido demitida pelo marido, ainda está na lista do secretariado parlamentar de abril.

Mas nem todos os familiares desempenham as funções correspondentes aos salários mais cobçados. O sobrinho do deputado Reditário Cassol (PTB-RO), Sandro Bergamin, é motorista particular do tio, enquanto Maria Alice Garcia Palma secretaria o marido, deputado Rodrigues Palma (PTB-MT). "Minha mulher trabalha comigo há muitos anos, cuida da minha correspondência e do relacionamento com o pessoal do meu estado e só recebe Cr\$ 175 mil", conta o parlamentar, garantindo que, quando ela não está em Brasília ele corta o salário.

No Senado, além do chefe de gabinete, um subchefe, um assistente técnico, três auxiliares de gabinete, contínuo e mecanógrafo — todos do quadro permanente —, o parlamentar pode contratar quatro pessoas em função de confiança, com salário fixo. São três no cargo de secretário parlamentar, com salário bruto de Cr\$ 516 mil, e um assessor técnico que recebe Cr\$ 1.018.000,00. Na prática, o Senado oferece um dos empregos de nível médio de melhor remuneração no país. Afinal, exige-se apenas segundo grau dos candidatos a secretário parlamentar, que ganham 30 salários mínimos por mês. Mas, para ocupar o cargo de assessor técnico e ganhar 60 mínimos mensais, os critérios são mais rígidos.

Os pré-requisitos exigidos para a assessoria técnica dos senadores são nível superior em curso de direção em qualquer órgão da administração federal, obra publicada, mestrado ou doutorado. "Todos os assessores, parentes dos parlamentares ou não, têm seus currículos examinados", garante Terezinha Meira Miura, filha e assessora técnica do senador Meira Filho (PFL-DF). "Eu preenchi todos os requisitos", conta Terezinha, que tem curso superior em pedagogia, 23 anos de magistério, obra publicada e cursos especializados de supervisão, inspeção e administração escolar. Além dela, o senador emprega o filho André Coelho Meira, como secretário parlamentar. Terezinha se diz orgulhosa de poder ajudar seu pai, trabalhando com ele no Senado, e não se intimida: "Se isto for nepotismo e a sociedade contesta, que mude as regras. Hoje, isto é legal", encerra.